



Diálogos

ISSN 2177-2940



Repressão além das fronteiras: O CIEEx e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i2.46048>

Daniel Trevisan Samways

 <https://orcid.org/0000-0003-0771-1238>

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Brasil. E-mail: trevisansamways@gmail.com

Repressão além das fronteiras: O CIEEx e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979)

Resumo: O presente artigo busca analisar o estabelecimento de uma comunidade de informações no exterior, com destaque para o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) em Portugal, após a Revolução dos Cravos, em abril de 1974. O CIEEx estava vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e tinha como objetivo repassar informações sobre a atividade de brasileiros exilados ou banidos residentes no exterior. Com o fim da ditadura em Portugal, muitos brasileiros que residiam em outras localidades migraram para aquele país. Tal movimentação preocupou as autoridades brasileiras e instalaram uma unidade do CIEEx na embaixada em Lisboa.

Palavras-chave: Repressão; Espionagem; CIEEx; Ditadura.

Repression beyond the borders: The CIEEx and the Brazilian espionage in Portugal (1974-1979)

Abstract: This article aims to analyze the establishment of an information community abroad, with emphasis on the Foreign Information Center (CIEEx) in Portugal after the Carnation Revolution in April 1974. The CIEEx was linked to the Ministry of Foreign Affairs and had as objective to pass on information about the activity of Brazilian exiles or banned residents abroad. With the end of the dictatorship in Portugal, many Brazilians who lived in other places migrated to that country. This move worried the Brazilian authorities and installed a CIEEx unit at the embassy in Lisbon.

Key words: Repression; Espionage; CIEEx; Dictatorship.

La represión más allá de las fronteras: El CIEEX y la espionaje brasileña en Portugal (1974-1979)

Resumen: En este trabajo se analiza la creación de una comunidad de información en el extranjero, especialmente el Centro de Información de Asuntos Exteriores (CIEEX) en Portugal después de la Revolución de los Claveles en abril de 1974. El CIEEX estaba vinculado al Ministerio de Relaciones Exteriores y tenía como objetivo repasar informaciones sobre la actividad de brasileños exiliados o prohibidos residentes en el exterior. Con el fin de la dictadura en Portugal, muchos brasileños residentes en otros lugares emigraron a ese país. Tal movimiento preocupado a las autoridades de Brasil y se instala una unidad de CIEEX en la embajada en Lisboa.

Palabras clave: Represión; espionaje; CIEEX; dictadura.

Recebido em: 31/12/2018

Aprovado em: 15/03/2019

Sei que estás em festa, pá
Fico contente
E enquanto estou ausente
Guarda um cravo para mim

Eu queria estar na festa, pá
Com a tua gente
E colher pessoalmente alguma flor
No teu jardim

Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar

Lá faz primavera pá
Cá estou doente
Manda urgentemente algum cheirinho
De alecrim¹

A ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1964, foi objeto de diferentes análises acadêmicas, memorialísticas e jornalísticas, sendo também interpretada por diferentes prismas ideológicos, enaltecida ou rejeitada, rememorada como um período de avanços ou duramente rechaçada para que “nunca mais aconteça”.² A memória dos vinte e um anos de ditadura ainda é um campo em disputa e é acionada em períodos de tensão no campo político, trazendo à tona noções como “subversivos”, “terroristas” ou “inimigos da nação”, como demonstraram eventos ocorridos entre 2013 e 2016, pedindo a “intervenção militar” e a perseguição de pessoas ligadas à esquerda.³ Tal fenômeno “intervencionista” dialoga com outros movimentos, como o Escola Sem Partido que defende uma visão supostamente neutra em relação a fatos do passado e a simples reprodução de eventos “como eles ocorreram”, impedindo críticas a movimentos ditatoriais ou totalitários, cabendo ao docente apenas relatar o passado. Neste sentido, entender nosso passado recente, marcado por duas ditaduras e diversos golpes de Estado, é uma tentativa de melhor compreender o

¹ A primeira versão da música “Tanto Mar”, de Chico Buarque, foi censurada pelo governo brasileiro em 1975, sendo liberada apenas em 1978. O compositor, contudo, optou por mudar a letra, considerando que ela não representava mais o momento político português.

² Balanços historiográficos foram realizados nos últimos anos, com destaque para eventos em memória dos quarenta e cinquenta anos do golpe civil-militar, 2004 e 2014, e também aos quarenta anos do AI-5, em 2008. (FICO, 2004a; REIS; RIDENTI; MOTTA, 2004; FICO, 2004b; REIS; RIDENTI; MOTTA, 2014; QUADRAT; ROLLEMBERG, 2015). Algumas obras defendem ou relativizam o período ditatorial (USTRA, 1987; USTRA, 2006; VILLA, 2014; NARLOCH, 2012).

³ Durante a votação do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, o deputado Jair Messias Bolsonaro dedicou seu voto a Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-militar e acusado de diversos crimes durante a ditadura, como a tortura da própria ex-presidenta. Em março de 2016, um dos blogueiros da revista *Veja*, Rodrigo Constantino, publicou uma lista com dezenas de artistas supostamente ligados ao Partido dos Trabalhadores que deveriam ser boicotados. Segundo Constantino “Não comprem mais nada deles. Não assistam seus programas, não leiam suas colunas. Não comprem seus livros, não vão às suas peças de teatro, não comprem seus CDs. Eles precisam saber que não será impune atentar contra a democracia brasileira. Xô, petralhas!” Nas redes sociais, páginas e perfis de defensores da ditadura contam com milhares de seguidores, demonstrando que o fenômeno merece ser analisado com mais profundidade.

presente e os embates que marcam a contemporaneidade, bem como problematizar os afetos que adentram a cena política, como o medo e o ódio. O exílio e os serviços de informações e espionagem são também importantes aspectos deste passado. Por que o governo brasileiro monitorou e espionou a vida daqueles que julgava serem os inimigos da nação? Em que medida o exílio se insere em um discurso não somente de uma suposta “limpeza do país”, mas também do temor em relação ao outro? Aos olhos dos ditadores brasileiros não bastava eliminar o país daqueles que eram vistos como “subversivos” e “terroristas”, era preciso também monitorar seus passos, suas vidas, suas redes de conexão, mesmo que distantes e em outro continente, pois, para eles, o “perigo” nunca estaria longe o suficiente.

O artigo se abre para três frentes de análise, almejando uma convergência entre elas. A saber: a) a espionagem; b) o autoritarismo; c) o exílio. Períodos ditatoriais e de forte repressão levam a um significativo aumento da espionagem e do exílio de dissidentes, os quais podem continuar a ser vigiados no exterior. Não obstante, um forte controle das informações sobre a população não é uma exclusividade de governos autoritários, sendo também uma marca de democracias.⁴ Neste sentido, ainda, poderíamos refletir sobre o uso da força contra uma parte da população, atingindo níveis elevados de violência e brutalidade, como demonstrado em protestos contra ações de austeridade e cortes de direitos por parte de governos ditos democráticos. Para este trabalho, contudo, analisaremos a atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) na espionagem de brasileiros em Portugal durante a ditadura civil-militar brasileira, mais especificamente a partir de sua criação em 1966 até a volta da maioria dos exilados em 1979.

Logo após o golpe em 1964, o governo preocupou-se com a montagem de um sofisticado aparato de informações, entendido como um dos pilares na luta contra a “subversão”. Em meio à Guerra Fria, o controle sobre aqueles que eram entendidos como “inimigos da nação” ganhava destaque entre as linhas mais radicais dentro do novo governo. Um serviço de informações não era, contudo, uma novidade na política brasileira, remontando à década de vinte, mais especificamente ao ano de 1927, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional, o qual, segundo Figueiredo (2005), “tinha como missão exclusiva produzir e analisar informações relativas à proteção do

⁴ Como nos lembra Agamben (2004), democracias podem valer-se de medidas excepcionais, de atos com “força-de-lei”, não presentes no texto constitucional, editados em prol da própria constituição. Neste sentido, atos contrários à democracia seriam executados com a justificativa de manter a própria democracia. Para Agamben, “[...] em que consiste a lacuna em questão? Será ela, realmente, algo como uma lacuna em sentido próprio? Ela não se refere, aqui, a uma carência no texto legislativo que deve ser reparada pelo juiz; refere-se, antes, a uma *suspensão* do ordenamento vigente para garantir-lhe a existência. Longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal.” (AGAMBEN, 2004. p. 48). Greenwald (2014) faz uma importante análise sobre a vigilância na contemporaneidade.

Estado” (FIGUEIREDO, 2005, p. 13). Porém, tal órgão estava longe de se configurar como um eficiente aparato de vigilância e informações, o qual seria instituído em 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra, sob o nome de Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), mas que sairia do papel apenas em 1956, com Juscelino Kubitschek. Em junho de 1964, foi criado, através da lei 4.341, o Serviço Nacional de Informações (SNI), subordinado diretamente ao presidente da República, incorporando o acervo, estrutura e funcionários do antigo SFICI.⁵ Após a posse de Costa e Silva, em 1967, o novo presidente cuidou de remodelar as antigas Seções de Segurança Nacional, transformando-as em Divisões de Segurança e Informações (DSI), as quais passariam a atuar com grande força dentro dos ministérios, tendo à sua disposição as chamadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), presentes em diversas autarquias e empresas públicas, repassando informações relevantes, como movimentação de pessoal ou histórico funcional e ligações políticas (FICO, 2001; MOTTA, 2014). Todos esses órgãos estavam subordinados diretamente ao Serviço Nacional de Informações (SNI). O *Serviço*, como era conhecido, ganhava diversos braços e olhos em todo o governo.⁶ O Ministério das Relações Exteriores possuía a sua Divisão de Segurança e Informações, mas também criou, de forma clandestina, o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) em 1966, com o intuito de vigiar aqueles que eram considerados os inimigos do regime que haviam saído do país, bem como monitorar as campanhas contra o Brasil no exterior. Contudo, o CIEEx não constava no organograma oficial do Ministério das Relações Exteriores. Segundo Setemy (2014), o órgão “era oficialmente designado como Assessoria de Documentação de Política Exterior (Adoc), sendo depois renomeado para Secretaria de Documentação de Política Exterior (Sedoc) e jocosamente chamado pelos diplomatas de Dedoc.” (SETEMY, 2014, p. 15). O idealizador do CIEEx foi Manuel Pio Corrêa que, após se retirar do serviço diplomático no Uruguai, tornou-se Secretário Geral de Política Exterior em 1966, ocupando durante sete vezes o cargo de ministro interino das Relações Exteriores durante a gestão de Juracy Magalhães (1966-1967), adquirindo poderes para articular a criação de um serviço dentro do Itamaraty que atuasse em conjunto com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. O objetivo era criar um órgão que atuasse além das fronteiras, valendo-se de canais diplomáticos e dos funcionários das embaixadas, obtendo informações sobre os passos de

⁵ Importantes obras analisaram a história e a estrutura dos órgãos de espionagem no Brasil. (FIGUEIREDO, 2005; LAGÔA, 1983; ANTUNES, 2002). Por certo, a implantação de serviços de informações e espionagem, ao se inserirem na lógica da Guerra Fria, contaram, desde os anos quarenta, com o apoio, financiamento e treinamento dos Estados Unidos (HUGGINS, 1998; RODEGHERO, 2007).

⁶ O Serviço Nacional de Informações e seus diferentes órgãos subordinados não cuidavam apenas de casos de suposta “subversão”, mas também da gestão de pessoal, sendo acionados em diferentes casos, como na posse de funcionários públicos e sua permanência no cargo, os quais poderiam ser denunciados por diferentes irregularidades.

alvos do regime (SETEMY, 2014). Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), finalizado em 2014,

A colaboração do Ministério das Relações Exteriores (MRE) com a política repressiva do regime, na área de informações, não se limitou às atividades do Centro de Informações do Exterior (Ciex) – estrutura clandestina criada em 1966, no âmbito do MRE, para funcionar como serviço secreto voltado à busca encoberta de informação e interlocução com os serviços de inteligência estrangeiros. Em paralelo havia no MRE, como em todos os outros ministérios civis, uma Divisão de Segurança e Informações (DSI). O Ciex e a DSI foram os dois pilares da colaboração do MRE com o aparelho repressivo. Atuaram tanto na vigilância dos brasileiros fora do país, como na produção de informações visando subsidiar o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os órgãos de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal, coadjuvando a ação dos órgãos de repressão. Ambos estavam diretamente subordinados ao gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores ou à secretaria-geral. (BRASIL, 2014, p. 176).

O relatório aponta, ainda, que o monitoramento dos brasileiros no exterior não ficou a cargo apenas do CIEEx ou de funcionários da DSI/MRE, mas que, em diversas situações, as ordens vinham diretamente da alta chefia do Ministério das Relações Exteriores para que funcionários e diplomatas colocassem toda a rede de postos no exterior não somente para obter informações, mas também para prejudicar a vida de exilados, criando certas dificuldades nos países em que residiam e mantendo informados todos os órgãos de vigilância e repressão. Outro ponto levantado pelo relatório é a colaboração com órgãos de outros países, interagindo com autoridades internacionais, potencializando seu caráter repressor. (BRASIL, 2014, p. 176). O CIEEx tornava-se mais uma poderosa peça da grande engrenagem repressiva montada pelo regime ditatorial em nome de uma suposta segurança nacional.⁷ Segundo Ishaq (2012):

Inicialmente chamado de Serviço de Informações no Exterior, O CIEEx foi inspirado no modelo britânico de serviço secreto. De acordo com o documento ‘Criação do Serviço de Informações no Exterior’, de 12 de julho de 1967, era necessário criar um órgão de informações para monitorar as ‘ações subversivas’ de brasileiros, pois a produção destas informações aconteciam, em muitos casos, clandestinamente, o que saía da alçada do

⁷ Cabe ressaltar que a relação entre espionagem e segurança nacional não é uma característica de sociedades ditatoriais, pois várias democracias se valem do discurso da segurança para legitimar o monitoramento da população. Em 2013, o ex-agente da National Security Agency (NSA), Edward Snowden, denunciou a existência de uma poderosa rede de vigilância em escala global do governo dos Estados Unidos. A vigilância contava com a colaboração de grandes empresas de comunicação que cediam suas informações após mudanças no *Foreign Intelligence Surveillance Act* (FISA), criado pelo Congresso dos Estados Unidos em 1978 após o governo revelar décadas de grampos ilegais. A ideia da lei era restringir o acesso do governo estadunidense a informações sobre a sociedade. A mudança através da seção 702 de 2008 permitia que o governo espionasse estrangeiros em qualquer parte do mundo, mesmo que em comunicação com um cidadão estadunidense. “Depois que essas diretrizes recebem o carimbo de ‘aprovadas’ no tribunal da FISA, a NSA pode eleger como alvo de vigilância qualquer cidadão estrangeiro que quiser, e também obrigar empresas de telefonia e de internet a lhe dar acesso a todas comunicações de qualquer pessoa não americana: chats do Facebook, e-mails do Yahoo!, buscas do Google. Não é preciso convencer o tribunal de que a pessoa é culpada de alguma coisa, nem mesmo de que existe motivo para desconfiar do alvo, e tampouco filtrar os indivíduos dos Estados Unidos que acabarem sendo vigiados pelo meio do caminho.” (GREENWALD, 2014, p. 82).

serviço diplomático. Além disso, um serviço específico de informações garantiria, ao mesmo tempo, a especialização necessária à atividade e o reconhecimento ao serviço quando este se relacionasse com serviços de informações aliados. O CIEEx foi estruturado sobre os seguintes pilares:

I. O órgão deveria manter independência dos serviços internos do Itamaraty para ‘assegurar a segurança operacional e a acuidade de informações por ele produzidas.’

[...]

III. O CIEEx deveria atuar no ‘mais absoluto grau de sigilo’, de modo a não afetar o serviço diplomático e, em última instância o governo brasileiro. Para contatos dentro e fora do Itamaraty, o Centro valia-se da DSI/MRE, assegurando a sua invisibilidade. (ISHAQ, 2012, p. 85).

A atuação do CIEEx concentrou-se, principalmente, na América Latina e em alguns países da Europa, com destaque para França e Portugal, locais de destino de muitos exilados brasileiros. Em relação à América Latina, o foco centrou-se, inicialmente, no Uruguai, monitorando os passos de João Goulart e outras lideranças trabalhistas, como Leonel Brizola. Partir para o exílio não significava o fim das atividades políticas para aqueles que deixavam o Brasil. No Uruguai, por exemplo, os agrupamentos em torno de Brizola e Goulart almejavam recepcionar e viabilizar a estada dos recém-chegados, mas também articular movimentos guerrilheiros em um retorno clandestino ao país. Já em 1964, antes da criação do CIEEx, o fluxo de informações sobre brasileiros exilados era grande, principalmente a partir de um informante da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) do Departamento de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Com a criação do CIEEx, em 1966, o Uruguai tornou-se ainda mais vigiado pelo órgão, com informações relevantes até detalhes sem nenhuma importância (PENNA FILHO, 2009). Com o recrudescimento do regime brasileiro e a intensificação de prisões a partir de 1968, o número de exilados cresceu significativamente e depois da vitória de Salvador Allende, em 1970, o Chile passou a ser um dos destinos preferidos de brasileiros na América Latina. Após o golpe militar de 1973, muitos brasileiros seguiram para a Argentina e depois para a Europa, principalmente após o golpe em 1976. Com o surgimento da chamada Operação Condor, a região do Cone Sul tornou-se perigosa para militantes das esquerdas latino-americanas.⁸ A troca de informações e a atuação em território estrangeiro, dava aos militares da região grande força na repressão ao chamado “movimento comunista internacional”.

Com a dificuldade e o perigo em transitar pelo Cone Sul, muitos brasileiros buscaram refúgio na Europa ou na África.⁹ Um dos destinos foi Portugal, principalmente após a Revolução

⁸ Operação Condor foi o nome dado à operação que reuniu forças repressivas e de informações do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, tendo início em 1976 em uma reunião no Chile. O Brasil teve participação menor, mas colaborou com a troca de informações e prisões em solo brasileiro. (DINGES, 2005; TAVARES, 1999).

⁹ Tal movimento não pode ser entendido como o único caminho adotado pelos exilados brasileiros, pois muitos buscaram refúgio inicialmente na Europa ou na África. Contudo, a opção inicial pela América foi adotada por parte

dos Cravos, em 1974, que pôs fim à ditadura portuguesa, que se estendia desde 1926. A história luso-brasileira ganhava novos contornos com a presença de exiliados na antiga metrópole.¹⁰ Segundo Freire (2011),

Ao longo de 1974, uma leva de exilados brasileiros, vindos de diferentes direções, desembarcou em Lisboa. Para uns, a capital portuguesa representava, antes de tudo, a oportunidade de fugir do frio belga; para outros, era a hora de deixar para trás a instabilidade política argentina e cair na ‘festa democrática lusa’; para outros, ainda, era o momento de buscar compreender o que pensavam os ‘soldados socialistas de Portugal’, como também o de reconstruir a trajetória profissional no jornalismo e na academia. (FREIRE, 2011, p. 117).

O fim da ditadura em Portugal (MARTINHO; FREIRE, 2012) e a possibilidade de um governo mais à esquerda atraíram a atenção de diversos brasileiros que transitavam pela Europa, África ou mesmo na América Latina, em busca não só de refúgio político, mas, principalmente, para reorganizar o campo das oposições à ditadura no Brasil. Contudo, a situação em Portugal não seria tão fácil como imaginavam os brasileiros recém-chegados. Paiva (2004), em *O sonho exilado*, afirma que “a instabilidade política [...] e a dificuldade de conseguir emprego e documentação de residência em Portugal exerciam efeito contrário, dissuadindo a maioria dos que desejavam mudar para Lisboa.” (PAIVA, 2004, p. 216). Tais dificuldades, segundo Paiva (2004), forçaram boa parte dos brasileiros a migrar para Paris, onde a comunidade de exilados chegava aos milhares, enquanto em Lisboa não passava de uma centena.

O número de brasileiros residentes em Portugal nesse período ainda não é consenso entre os pesquisadores. Tal dificuldade, contudo, não é exclusividade do caso português. Torna-se complexo determinar com precisão o número de exilados em qualquer país específico, principalmente por conta da clandestinidade, do receio de retirar documentos nas embaixadas brasileiras e pelo fato de que muitos simplesmente não solicitaram asilo. Segundo Pezzonia (2017), a colônia de brasileiros em Portugal não passava de uma centena.

A jornalista portuguesa Maria Antonia Palla, quando se comemorava um ano do 25 de Abril, calculava uma centena e meia de refugiados que estariam em Portugal entre brasileiros, chilenos, uruguaios e bolivianos, dentre os quais 30 seriam crianças. Já Américo Freire, três décadas e meia adiante, levando em consideração os pedidos de asilo de brasileiros, demais latino-americanos e espanhóis, aponta que encaminharam 142 pedidos

significativa dos exilados, devido, principalmente, à proximidade com o Brasil, o que poderia facilitar a volta e a organização de grupos guerrilheiros. (ROLLEMBERG, 1999).

¹⁰ Após o fim da ditadura portuguesa, Marcelo Caetano exilou-se no Brasil, onde faleceu aos 74 anos. Ao longo do chamado Estado Novo, vários portugueses buscaram refúgio em terras brasileiras, demonstrando o quanto a temática do exílio entre os dois países merece um estudo mais aprofundado.

de asilo entre 1974 e 1977 – periodização que o autor entende como sendo a primeira fase das solicitações de asilo político após ao 25 de Abril.

Já o Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil, em março de 1978, ou seja, no período final do exílio, também faz uma estimativa, que nos parece a mais confiável, de que haveria 38 exilados brasileiros sem documentação em Portugal. Destes 38, 13 deles saíram do Brasil por banimento enquanto os demais se auto exilaram. Alguns inclusive obtiveram asilo em outros países, mas se transferiram para Portugal.

Há também na mesma lista a inclusão de três menores que foram com os pais, apontando ainda que haveria mais 20 e poucos que, por razões diversas, não foram relacionados ou preferiram não constar no documento. Poderia se adicionar por volta de mais 30 exilados que seriam filhos nascidos no exterior com nacionalidade estrangeira. Assim, o número aproximado de exilados brasileiros em Portugal, em 3 de março de 1978, era de 70 pessoas, sem contar as crianças nascidas no exterior. Assim, se levarmos em conta os números esboçados por Palla, que vivia o

momento da chegada dos exilados, mais a apreciação documental de Freire – mas, claro, levando em consideração que não se caracterizaram em maioria os brasileiros que solicitaram legalmente o asilo político –, além dos sinais encontrados em fontes orais, cremos que dificilmente a colônia de exilados brasileiros em Portugal tenha passado de uma centena de residentes fixos. (PEZZONIA, 2017, p. 89).

Mesmo com tais dificuldades e o número reduzido de brasileiros, o CIEEx dedicou grande atenção aos passos dos brasileiros em Portugal, montando, a partir da embaixada em Lisboa, uma poderosa rede de informações e informantes.¹¹ Um telegrama de 1974 do próprio ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, informava a embaixada em Portugal da abertura de uma ‘base’ do CIEEx em Lisboa e o diplomata responsável pela atividade. Segundo o despacho-telegráfico secreto e exclusivo de nº 616, de 27 de agosto de 1974:

Informo Vossa Excelência de que incumbi o Primeiro Secretário Sérgio Damasceno Vieira, que deverá chegar a Lisboa no dia 29 do corrente, de abrir uma ‘base’ do Centro de Informações do Exterior, que me é diretamente subordinado, nessa Embaixada. A fim de propiciar a adequada cobertura e os contatos indispensáveis ao Secretário Damasceno, rogo designá-lo para o setor político a Embaixada, assim como facilitar-lhe o desempenho de atividades, complementares àquelas pertinentes às suas funções de Secretário de Embaixada. No intuito de preservar máximo grau de sigilo e segurança operativa no desempenho das tarefas de caráter especial que confiei ao secretário Damasceno, impõe-se fique o conhecimento das mesmas restritivo à Vossa Excelência e ao Ministro-Conselheiro. Tranquiliza-me a certeza de que Vossa Excelência saberá como proceder no que tange ao problema de compartimentação, visando a cobrir eficazmente a natureza das funções acumuladas de nosso funcionário. Dentro desse espírito, o Secretário Sérgio Damasceno Vieira recebeu instruções minhas no sentido de levar ao exclusivo conhecimento de Vossa Excelência os assuntos destinados a serem difundidos apenas o âmbito do ‘CIEEX’ e, por intermédio deste, no da comunidade brasileira de informações. (ARQUIVO COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 00092.000256/2015-20).

¹¹ Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade: “Em seu depoimento, o embaixador Raul Fernando Leite Ribeiro admitiu que a base do Ciex em Lisboa – criada em 1974, logo depois da queda da ditadura salazarista – ‘devia recorrer’ a informantes pagos para acompanhar as atividades políticas dos exilados. Não mediu palavras para desqualificar o Ciex – que, a seu ver, fazia ‘o trabalho sujo’ de polícia política, nada tendo de um verdadeiro órgão de inteligência.” (BRASIL, 2014, p. 185).

A atuação do CIEEx buscava manter o governo atualizado sobre os passos de brasileiros no exterior, bem como das campanhas organizadas, chamadas pelos órgãos de informações de “Campanhas contra o Brasil no Exterior”. Nos diferentes documentos, essas campanhas eram vistas como negativas à imagem da nação e fruto da ação de “subversivos”, com o intuito de atacar a “Revolução de 1964”. Esses relatórios eram difundidos a toda comunidade de informações e também repassados a diferentes autoridades nacionais e estaduais. Cabe ressaltar que parte do enorme fluxo de informações não atingia apenas os chamados órgãos repressivos, mas chegava também ao Presidente da República, da Câmara dos Deputados, do Superior Tribunal Federal, entre outros. A ação dos brasileiros no exterior era, nesse sentido, motivo de atenção não apenas para o sistema repressivo e tornava-se praticamente um assunto diplomático. Em um contexto de críticas a governos autoritários e de protestos em diferentes países contra a tortura e a guerra, campanhas que porventura denunciassem os diversos abusos contra as liberdades e as práticas de violência não apenas poderiam prejudicar a imagem do país no exterior, como também as relações comerciais.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu a partir do início dos anos setenta um boletim mensal chamado “Comunismo Internacional”. Esse sumário de informações era produzido com base nas informações obtidas no exterior a partir de diferentes fontes, como do CIEEx, e reunia atividades de diferentes grupos identificados com o chamado “Movimento Comunista Internacional”. Na edição de junho de 1970, é possível analisar o discurso da dessa comunidade de informações sobre a atuação dos brasileiros no exterior:

Revista ‘Lettre’ - Movimento Religioso - Miguel Arraes - Paulo Freire - Geraldo Vandré
A revista francesa ‘Lettre’, editada em Paris, a rua de Babylone nº68, por ‘Tempo Present’ publicou:

(1) Nº 138 - Fev 70 - Artigo denominado ‘ajudar o Brasil’ de Miguel Arraes, que nada mais é que o discurso por ele proferido a 15 Jan 70, no encontro de fundação da ‘Frente Brasileira de Informações’ e do ‘Comitê Francês Europa-América Latina’. (Ver CI-SI Mai 70 Fl 7.1). Em seguida à transcrição do discurso, faz um sumário dos ‘propósitos’ dos organizadores do ‘Encontro de solidariedade com o povo brasileiro’ que foi o encontro acima referido.

(2) Nº 139 - Mar 70 - Artigo denominado ‘A Arte Política Compra o Silêncio do Episcopado (Brasil)’, em que critica o governo, dizendo que o término da Catedral de Brasília, foi uma maneira do governo ‘comprar o Episcopado Brasileiro’. Além disso, o artigo tece outras considerações entre as relações do Estado e da Igreja, no Brasil, todos concluindo por um ‘silêncio’ da Igreja face à posição de ‘força’ do governo.

(3) Nº 140 - Abr 70 - Artigos denominados ‘Uma Mensagem para a Libertação -Notas tomadas em conferência de Paulo Freire’ e ‘A Paixão Brasileira’. No primeiro, a revista publica artigo em que faz a apologia do ‘célebre’ método de alfabetização Paulo Freire. No segundo, diz se tratar ‘a paixão brasileira’ de uma nova versão da Paixão de Cristo, feita pelo poeta-cantor Geraldo Vandré, que representa a história de um homem, como muitos outros, que um dia se choca com a injustiça e as condições inumanas que torturam seu povo

(4) Ainda no número 140 - Abr 70 - a página 1, são declarados os objetivos e orientação da revista que são assim sintetizados:

- a ‘Lettre’ um dos modos de crítica da Igreja

- a 'Lettre' um dos modos de expressão do engajamento dos cristãos, nas lutas revolucionárias
- a 'Lettre' um dos modos de estudo e de expressão de uma nova forma de existência cristã mais humana.
- (5) A revista 'Lettre' que se propõe a estudar e debater assuntos religiosos, tem uma orientação nitidamente comunista, servindo como mais um instrumento de penetração vermelha, no meio religioso. (COMUNISMO INTERNACIONAL, JUNHO, 1970, p. 10).

Na interpretação do governo, brasileiros que atuavam nessas campanhas eram simpatizantes desse “Movimento Comunista Internacional” ou estavam a ele diretamente ligados. A ideia de “ameaça” à nação e aos valores nacionais colocava todos os críticos ao governo como indivíduos perigosos não apenas ao país, mas às famílias, à ordem, à moral e aos bons costumes. A noção de “inimigo”, aquele que possui características perigosas e ameaçadoras, foi constantemente trabalhada em governos autoritários e ditatoriais e também poderia legitimar ações violentas e a ascensão de um líder ou grupo que prometessem a segurança (GIRARDET, 1987).

Brasileiros de renome internacional, como artistas, poderiam ganhar mais atenção dos órgãos de informações em viagens ao exterior por conta da participação nessas campanhas. Um desses nomes era Chico Buarque. Segundo um relatório do CIEEx de 1976:

1. Em 15 de junho de 1976, em Lisboa, o refugiado brasileiro JOSÉ CELSO MARTINEZ CORREIA revelou que o cantor/compositor CHICO BUARQUE DE HOLANDA visitará proximamente Portugal, onde participará de um festival de ‘canções de luta’ patrocinado pela Juventude Socialista (JS) – órgão político estudantil do Partido Socialista Português (PS).
2. A chegada a Lisboa do citado artista estaria prevista para a segunda quinzena de julho de 1976.
3. Com vistas à promoção de ‘CHICO’ BUARQUE DE HOLANDA, as rádios estatizadas portuguesas estão já divulgando em larga escala os discos daquele cantor. (CIEEX, 243/1976).

Percebe-se no relatório a associação de Chico Buarque com a juventude do Partido Socialista, com um festival de “canções de luta” e também com o exilado José Celso Martinez Correia. Chico Buarque, que também havia se exilado em 1969, era constantemente vigiado pelos órgãos de informações e teve várias de suas músicas censuradas. Sua atuação no exterior poderia atrair a atenção da comunidade internacional para a situação brasileira.

O trânsito de pessoas no exterior, vistas como subversivas, merecia atenção por parte do CIEEx quando de sua passagem por Portugal em visita a exilados naquele país.

Em 09 de setembro de 1976, chegou a Lisboa, procedente de Angola, um asilado político brasileiro de nome judeu, ex-deputado, casado [sic] em 1968, médico. O objetivo de sua visita à capital portuguesa era entrar em contato com um certo LUIZ AZEVEDO, brasileiro, exilado de 1964, o qual viveu sete anos em Angola, deslocando-se posteriormente para Portugal, onde se encontra atualmente.

Nota do CIEEX: O ex-deputado, médico, de nome judeu, poderia DAVID JOSÉ LERER. Agradeceríamos receber qualquer dado que possa confirmar. (CIEEX, 368/1976).

Um outro informe, do mesmo ano, reforça essa preocupação.

1. Em anexo, segue cópia ‘xerox’ de recorte do vespertino lisboeta ‘Diário de Lisboa’ com matéria de autoria do subversivo brasileiro PAULO ROMEU SCHILLING e ABEL SARDINAS, da agência cubana ‘Prensa Latina’, em que se procura denegrir a imagem do Brasil no plano econômico.
2. O referido artigo foi provavelmente trazido a Lisboa pelo próprio PAULO SCHILLING, quando de sua recente visita à capital portuguesa, onde ficou hospedado na casa de CARLOS FIGUEIREDO SÁ. (CIEEX, 364/1976).

Paulo Schilling tinha muita proximidade com Leonel Brizola, o qual, no contexto da ditadura, causava grande preocupação no governo ditatorial desde seu exílio no Uruguai já nos primeiros momentos após o golpe de 1964 (RIBEIRO, 2016). Em meio à tentativa de reorganização das oposições e a formação de um novo grupo político, no ano de 1978, Leonel Brizola desembarcou em Portugal liderando não mais um grupo revolucionário, mas se apresentando como líder do moderno trabalhismo brasileiro. Contou, para tanto, com o apoio de Mário Soares, primeiro-ministro português, e também da Internacional Socialista (FREIRE, 2011; PEZZONIA, 2017). A oposição brasileira começava a ganhar força a partir de novos movimentos, como o sindicalismo e o trabalhismo, e de novos partidos, como PMDB, PT e PDT.¹² A reação dos grupos radicais dentro do governo civil-militar, avessos a qualquer discurso de abertura política, não tardou em chegar, demonstrando que a volta à democracia seria marcada por inúmeras tensões. Com o retorno de boa parte dos exilados em 1979, o CIEEx dedicou sua atenção a análises de conjuntura e não mais a relatórios individuais. A preocupação passava a ser com a atuação desses exilados em solo brasileiro e sua grande capacidade de mobilização.

Uma breve reflexão sobre ditaduras, o autoritarismo e órgãos de informação

Ao nos depararmos com passados autoritários e ditatoriais, um “passado que não passa” (PINTO; MARTINHO, 2014), acabamos por centrar o foco de nossas análises nas ações de governos e órgãos repressivos, deixando de lado aspectos como os imaginários e sentimentos no campo político. Este trabalho buscou abordar os sistemas de informações e espionagem a partir de reflexões da História Política e de conceitos como o medo, o ódio, adesão, consentimento e a paranoia em regimes de exceção.

¹² As esquerdas no Brasil nunca constituíram um bloco homogêneo e coeso (FERREIRA; REIS, 2007). Para uma leitura específica sobre o movimento de Brizola e a organização do movimento trabalhista a partir de seu exílio em Portugal, ver o trabalho de Freire e Ferreira (2016). Para um histórico do Partido dos Trabalhadores, ver a análise de Secco (2011).

Ditaduras buscam eliminar da cena política adversários, vistos sempre como inimigos não somente de um projeto político, mas da nação e dos valores percebidos como os justos e corretos. O “outro” adquire, assim, características negativas e perigosas, justificando-se a sua constante vigilância e, não raro, sua eliminação. O silenciamento e o desaparecimento do “outro” são poderosas estratégias adotadas por regimes ditatoriais em sua busca de uma nação livre de “perigos”. (CALVEIRO, 2013). O anticomunismo - a aversão a tudo aquilo que remete às teorias e práticas comunistas (BONNET, 1998) -, foi um dos elementos que uniu diferentes grupos brasileiros tanto no golpe civil-militar de 1964, quanto na consolidação de um estado ditatorial, marcado pela violência e repressão.

Se o elemento da violência aparece com grande força em sociedades ditatoriais, não se pode esquecer do elemento mítico que cerca a justificativa de tal ato, potencializando-a e legitimando-a. Em certa medida, um governo autoritário pode ser entendido como aquele que conduzirá a nação em uma luta dos “bons” contra os “maus”, do “nós” contra o “eles”. Mas se existe a violência e a força, torna-se necessário incutir e difundir o medo na sociedade para justificar a perseguição a inimigos sempre “tão poderosos”. Determinados mitos de um complô mundial ganham força em períodos de tensionamento no campo político. Para tanto, cumpre conectar tais mitos a situações negativas, como o

[...] medo dos porões tenebrosos, das paredes sem saída que se fecham, das fossas escuras de onde não se sobe de novo; medo de ser entregue a mãos desconhecidas, de ser roubado, vendido ou abandonado; medo enfim, do ogro, dos dentes, dos dentes carniceros dos animais de presa, de tudo que tritura, despedaça e devora. (GIRARDET, 1987, p. 57).

Neste sentido, cumpre às ideologias negar o “outro”, torná-lo ilegítimo, apresentando-o como o portador daquilo que pode colocar a sociedade em perigo. A violência simbólica pode transpor um conflito social, contribuindo para sua conformação, mobilizando energias e interiorizando esta disputa em diferentes agentes sociais. (ANSART, 1978, p. 10).

Sociedades marcadas pela difusão do medo e pela criação de inimigos, principalmente a sua potencialização, acabam por reforçar a adesão e o consentimento. A adesão àqueles que podem salvar a sociedade do perigo, conduzindo-a a um lugar seguro, torna-se não a regra, mas peça importante para a manutenção de tais regimes. Se existe a dissidência e a oposição ao estado de exceção, existe o apoio de parte significativa da sociedade às ações e métodos repressivos para eliminar os inimigos. (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010).

A criação de serviços de informações e espionagem insere-se na lógica de controlar os passos daqueles que eram associados à “subversão” e ao “terrorismo” (JESUS, 2015). Era preciso

vigiar e espionar todos aqueles que poderiam colocar em risco a nação. Claro que tal ato de controle poderia ser marcado por certa paranoia dos agentes repressivos, enxergando inimigos em todos os lugares, como afirma Fico (2001):

[...] os jornais, as emissoras de TV, o cinema e o teatro estariam dominados por comunistas, subversivos e licenciosos: os jornalistas eram acusados de obedecerem às diretrizes do 'movimento comunista internacional'; os escritores, diretores e atores de TV e teatro, segundo os papéis da comunidade, tentavam doutrinar o povo com 'ideologias alienígenas' ou corrompiam-se com pornografias. Vale a pena discernir o entendimento da comunidade de informações sobre atividades dos meios de comunicação, não tanto pelo que de grotesco há, mas pelo caráter representativo de suas avaliações, que expressam, em bruto, os preconceitos mais recônditos de alguns setores da sociedade brasileira. (FICO, 2001, p. 166).

Contudo, se a ação destes órgãos poderia ser associada a certa paranoia, sua atuação contribuiu para diversos atos de violência, com a prisão, tortura e desaparecimento de brasileiros durante a ditadura. Os sistemas de espionagem eram parte de uma forte estrutura repressiva, marcada pelo autoritarismo e arbítrio. Eram uma poderosa peça na engrenagem, mesmo no exterior. Terá o governo deixado de espionar seus cidadãos após a redemocratização?.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Tradução Aurea Weissemberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARQUIVO COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 00092.000256/2015-20. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%209,%2022%20-%2000092_000256_2015_20.pdf Acesso em 15 de março de 2019.

BONNET, Luciano. Anticomunismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Vol. 1. Tradução Carmen C. Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado. *História da Política exterior do Brasil*. 3 ed. Brasília: UnB, 2006.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. Tradução Fernando Correa Prado. 1.ed. São Paulo:

Boitempo, 2013.

CIEEx. 243/1976. Arquivo Nacional: BR. AN, BSB, IE.

CIEEx. 368/1976. Arquivo Nacional: BR. AN, BSB, IE.

CIEEx. 364/1976. Arquivo Nacional: BR. AN, BSB, IE.

COMUNISMO INTERNACIONAL. JUNHO, 1970.

DINGES, John. *Os Anos do Condor*: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos (Org.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004a.

_____. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004b.

_____. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *O ministério do silêncio*: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREIRE, Américo. Ecos da Estação Lisboa: notas sobre o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. In QUADRAT, Samatha Viz (org.). *Caminhos cruzados*: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. pp. 117-137.

_____.; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada*: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GREENWALD, Glenn. *Sem lugar para se esconder*: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América Latina. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Cortez, 1998.

ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão*: 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JESUS, Duarte de. *Espionagem e Contraespionagem em Portugal*: vicissitudes e mistérios. Lisboa: Edições 70, 2015.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Repressão além das fronteiras: O CIEx e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979)*

LAGÔA, Ana. *SNi: Como nasceu, como funciona*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; FREIRE, Américo Oscar Guichard. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. *História da historiografia*. Ouro Preto. Número 10. Dezembro, 2012. pp. 124-145.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya, 2012.

PAIVA, Mauricio. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 52 (2). 2009.

PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)*. 2016. 296 p. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017.

PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). *O passado que não passa: sombra das ditaduras na Europa do sul e na América Latina*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____.; ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Denise Felipe. O exílio das esquerdas pré-1964: a anistia dos indesejáveis. In *Revista Angelus Novus*. Ano VII, n. II. pp. 117-130. 2016.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Repressão além das fronteiras: O CIEEx e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979)*

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Série História do Nordeste (UFPE), v. 31.2, p. 1-26, 2014.

_____. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 1999.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante *A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Ser, 2006.

_____. *Rompendo o Silêncio*. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.